

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 60, DE 2024

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 4 de julho de 2023.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado FLORENTINO NETO

I - RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Presidente da República, por meio da Mensagem em epígrafe, submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 4 de julho de 2023.

No preâmbulo do instrumento, as Partes reconhecem a necessidade de garantir a segurança da Informação Classificada trocada por meio de organizações detentoras de Habilitação de Segurança. As Partes também manifestam o desejo de estabelecer um conjunto de regras e procedimentos sobre a segurança de Informações Classificadas, bem como mencionam o Acordo sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas, celebrado em Roma em 22 de novembro de 2010, que nunca entrou em vigor, sendo considerado nulo pelos Contratantes.

A parte dispositiva do Acordo é integrada por 14 (quatorze) artigos, a seguir resumidos.



O **Artigo 1** apresenta o objeto e a aplicabilidade do Acordo, que visa a estabelecer regras e procedimentos comuns para a proteção de Informações Classificadas, trocadas entre as organizações públicas ou privadas habilitadas pelas Partes e seus indivíduos credenciados.

O **Artigo 2** abarca as definições de certos termos e expressões utilizados ao longo do Instrumento, como: “Informação Classificada”; “Autoridade Nacional de Segurança (ANS)”; “Terceira Parte”; “Instrução de Segurança de Projeto”; “Contrato Classificado”; “Violação e Comprometimento da Segurança”; “Tratamento”; “Credencial de Segurança Pessoal”; “Credencial de Segurança”; “Habilitação de Segurança para Organizações Públicas e Privadas”; “Necessidade de Conhecer”; e “Visita”.

O **Artigo 3** indica as Autoridades Nacionais de Segurança (ANS), responsáveis pela implementação do Acordo. Pelo Brasil, a ANS será o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e pela República Italiana, a Presidência do Conselho de Ministros (Dipartimento delle Informazioni per la Sicurezza (DIS) – Ufficio Centrale per la Segretezza). Cada Parte deve informar à outra sobre as respectivas legislações que regulam a segurança da Informação Classificada, bem como sobre as modificações nelas introduzidas. O dispositivo também estabelece a possibilidade de consultas; e mútuo reconhecimento de Credenciais de Segurança emitidas pela outra Parte.

O **Artigo 4** dispõe sobre a correspondência entre níveis nacionais de sigilo. Nesse contexto, “segretissimo” (na Itália) equivale a “ultrassegredo” (no Brasil); “segreto” (na Itália) corresponde a “segredo” (no Brasil); “riservatissimo” (na Itália) significa “reservado” (no Brasil); e “riservato” (na Itália), que não possui equivalente na legislação brasileira. No mesmo artigo, o Acordo consagra regras sobre o acesso e utilização das informações conforme o respectivo nível de sigilo atribuído.

O **Artigo 5** trata da credencial de segurança pessoal, cuja emissão será implementada em conformidade com a legislação nacional da Parte emitente, devendo ser realizado um inquérito para garantir a lealdade e a confiabilidade do respectivo portador.



O **Artigo 6** determina que as informações classificadas devem ser transmitidas por via diplomática ou por meio da administração pública reconhecida como canal governamental, sendo as informações de nível “secretíssimo/ultrassecreto” transmitidas apenas por via diplomática.

O **Artigo 7** dispõe sobre as condições para a negociação e celebração de Contratos Classificados. Além disso, o dispositivo estabelece que os referidos Contratos deverão incluir as seguintes disposições: a) referência ao Acordo; b) identificação específica da Informação Classificada a ser tratada; c) previsão de uma Instrução de Segurança de Projeto, incluindo uma lista do pessoal envolvido em atividades classificadas e portando Credenciais de Segurança; d) responsabilidade pelos danos resultantes da Violação e Comprometimento da Segurança; e) obrigação de comunicar qualquer Quebra de Segurança e comprometimento da segurança à sua Autoridade Nacional de Segurança; f) proibição de terceirizar total ou parcialmente o objeto sem autorização expressa das Partes; e g) previsão dos canais e meios de comunicação para a transmissão de Informação Classificada.

O **Artigo 8** estipula que as visitas às instalações por cidadão da outra Parte, envolvendo acesso à Informação Classificada, estão sujeitas à prévia aprovação da Autoridade Nacional de Segurança da Parte anfitriã.

Por seu turno, o **Artigo 9** determina que, em caso de Violação e Comprometimento da Segurança relacionados à Informação Classificada, “a Autoridade Nacional de Segurança da Parte onde ocorreu a Violação e Comprometimento da Segurança, comunicará imediatamente à Autoridade Nacional de Segurança da outra Parte”.

O **Artigo 10** prevê que cada Parte deve suportar os custos de suas próprias despesas resultantes da implementação do Acordo, sem exceder as disponibilidades do orçamento ordinário.

O **Artigo 11** indica que as divergências surgidas na interpretação ou aplicação do Acordo devem ser resolvidas por meio de consultas e negociações diretas entre as Partes.



Os **Artigos 12 a 14** trazem as cláusulas procedimentais do instrumento, que dispõem sobre: a entrada em vigor do pactuado; a hipótese de emenda, que pode ser feita por escrito e por consentimento mútuo das Partes; e a vigência do Acordo, que permanecerá em vigor por tempo indeterminado e poderá rescindido, a qualquer momento, por qualquer das Partes.

O instrumento internacional foi celebrado em Brasília, em 4 de julho de 2023, em dois exemplares originais, cada um nos idiomas português, italiano e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos, prevalecendo a versão em inglês nos casos de divergência de interpretação.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Mensagem com o texto do “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas”, assinado em Brasília, em 4 de julho de 2023, foi distribuída a esta Comissão Permanente por tratar de matéria atinente a relações diplomáticas; política externa brasileira; acordo internacional; direito internacional público e ordem jurídica internacional, nos termos do que dispõem as alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso XV do art. 32 do RICD.

Em conformidade com a Exposição de Motivos, **assinada pelo Ministro das Relações Exteriores e pelo Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**, “O instrumento reforça a confiança na relação entre as Partes ao estabelecer regras e procedimentos para a proteção de informações sigilosas trocadas entre Brasil e Itália, seus respectivos indivíduos, agências e entidades credenciadas. O instrumento jurídico em análise propiciará a regulamentação necessária para a equivalência dos graus de sigilo da informação classificada, medidas de proteção, bem como regras de acesso, transmissão, divulgação e uso de



informações dessa natureza. Viabilizará, igualmente, as devidas providências para a realização de visitas às instalações onde a informação classificada é tratada ou armazenada e para a tomada de medidas em caso de violação de segurança.”

A referida Exposição de Motivos e os dispositivos constantes do Acordo, em análise, revelam o caráter complementar desse instrumento internacional em relação a outros tratados firmados previamente entre o Brasil e a Itália.

Nesse contexto, insta observar que o Acordo, de 2023, se aplica às informações compartilhadas no âmbito de outros compromissos internacionais, celebrados com a República Italiana, que envolvem a troca de informações sigilosas ou consideradas imprescindíveis à segurança das Partes, como: o Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa¹, de 11/11/2008; o Ajuste Complementar ao Acordo sobre Cooperação em Defesa, de 24/06/2010; o Ajuste Complementar Técnico ao Acordo sobre Cooperação em Defesa para o Desenvolvimento de Forças Navais, de 24/06/20210; e o Ajuste Complementar Técnico ao Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa, Relacionado à Cooperação no Campo Aeroespacial, de 30/09/2014².

Importante salientar que o Acordo em apreço está em conformidade com os princípios regentes das relações internacionais do Brasil e não difere de outros instrumentos bilaterais, com a mesma finalidade, celebrados recentemente entre o Estado brasileiro e outros países³.

Em face do exposto, VOTO pela aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em

¹ O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação em Defesa, de 11/11/2008, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 740, de 2010.

² O Ajuste Complementar Técnico ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana Sobre Cooperação em Matéria de Defesa, Relacionado à Cooperação no Campo Aeroespacial, de 30/09/2014, foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 54, de 2017.

³ eg. Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos Sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada e Material, assinado em Abu Dhabi, em 27 de outubro de 2019; e Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre a Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 2023, atualmente, em apreciação nesta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.



Brasília, em 4 de julho de 2023, nos termos do anexo projeto de decreto legislativo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado FLORENTINO NETO
Relator



**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA
NACIONAL****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2024**

(Mensagem nº 60, de 2024)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 4 de julho de 2023.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 4 de julho de 2023.

Parágrafo único. Nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em denúncia ou revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado FLORENTINO NETO
Relator

